

OEC S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

OEC S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas
OEC S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da OEC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OEC S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Acordo de leniência com Autoridades no Brasil e no Exterior

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 (d) às demonstrações contábeis, em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo Novonor, firmou um acordo de leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), assumindo as responsabilidades previstas no objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. Este acordo envolveu, além do MPF, autoridades competentes das jurisdições americana e suíça, no qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Odebrecht Engenharia ("Odebrecht Engenharia", controladora direta da Companhia) a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

Em razão do mencionado acordo, o MPF comprometeu-se a (i) não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Operação Lava Jato e (ii) não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos demais órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor, da Odebrecht Engenharia e suas controladas indiretas. Não obstante, foram ajuizadas ações de improbidade administrativa requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratação com o poder público, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras.

Além do acordo celebrado com o MPF, a Novonor e suas controladas assinaram, em 09 de julho de 2018, o acordo de leniência com a Advocacia Geral da União ("AGU") e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União ("CGU"), pelo qual se comprometeram a pagar, em 22 anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, destinados a entes lesados da administração federal, valor esse a ser deduzido dos R\$ 3.828 milhões do acordo celebrado com o MPF.

Na sequência e como desdobramento desses acordos celebrados, a CNO vem mantendo tratativas com os entes lesados - empresas públicas e Estados e Municípios para firmar acordos de leniência autônomos e/ou adesões aos acordos celebrados, tendo em vista que os entes lesados não são vinculados ao Acordo de Leniência, ressalvando o direito de conduzir as medidas judiciais cabíveis na hipótese de não adesão ou não celebração de acordos autônomos com a Odebrecht.

A Odebrecht Engenharia, em contrapartida à não adoção de sanções contra si e suas controladas indiretas, se obrigará a colaborar com as autoridades e a reparar os entes lesados, buscando limitar o valor da indenização ao valor de reparação estabelecido nos acordos celebrados com o MPF e com a AGU/CGU.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre a Novonor, a CNO e o Estado do Rio de Janeiro um Acordo de Leniência, nos termos acima mencionados, no qual Novonor e CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões no prazo de 22 anos, que será substancialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do acordo celebrado com o MPF e a diferença será paga no último ano.

Em adição aos acordos celebrados com MPF e AGU/CGU, a CNO celebrou acordos com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"). Especificamente sobre o Banco Mundial, foi acordada, em janeiro de 2019, a inelegibilidade da CNO e de suas subsidiárias integrais de contratar por 03 (três) anos projetos financiados pelo Banco Mundial. Não houve aplicação de multa no referido acordo.

Com relação ao BID, em 04 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo estipulando a inelegibilidade da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024. Também foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024, conforme os termos e condições de pagamento do acordo. A Odebrecht Engenharia e a CNO seguem em tratativas com outra instituição internacional.

Ademais, de acordo a legislação brasileira, as empresas que reconhecem a prática de ilícitos a livre concorrência, devem firmar acordos de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Nestes termos, a controlada direta da Companhia, CNO, já assinou 8 (Oito) acordos de leniência com a Superintendência Geral do CADE. Além disso, foram homologados, pelo Tribunal do CADE, 8 (oito) Termos de Cessação de Conduta, que totalizaram R\$ 525 milhões em termos de contribuições pecuniárias da pessoa jurídica e das pessoas físicas a serem pagos em até 22 anos. A CNO segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta.

Por fim, em suas operações no exterior, a Odebrecht Engenharia e suas controladas seguem envidando seus maiores esforços para alcançar entendimentos junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência, buscando inclusive apoio das autoridades brasileiras na interlocução com as autoridades locais. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, além de Estados Unidos e Suíça, conforme acima mencionado, já foram firmados acordos com Panamá, República Dominicana, Equador, Guatemala e Peru.

Nas demonstrações contábeis das controladas da Companhia foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos que estão em andamento, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da Administração e dos consultores jurídicos envolvidos.

No entanto, em função das negociações e dos acordos que ainda estão em curso, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas e concluirmos quanto à suficiência das provisões contabilizadas, tampouco se seria necessária a constituição de provisões adicionais nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2021

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria correspondente ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Demonstrações consolidadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis, a OEC S.A. elaborou suas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações contábeis individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificação, também datado de 29 de abril de 2022. Essas demonstrações contábeis individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo em R\$ 17.921.408 e prejuízo do exercício em R\$ 12.778.020. Para garantir a continuidade operacional da Companhia, foi aprovado, em dezembro de 2021, pelo Conselho de Administração da Companhia, o Plano de Ação (“PA”), para os próximos cinco anos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1 (a). As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações contábeis tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

OEC S.A.
 Balanço patrimonial
 Em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.041		Fornecedores		81	18
Contas a receber		1	1	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		751	
Tributos a recuperar		17					
Despesas antecipadas	5	1.024				832	18
		<u>7.083</u>	<u>1</u>				
Não circulante				Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7 (c)	3.008		Provisão para passivo a descoberto	6 (b)	21.695.651	10.502.039
		<u>3.008</u>		Sociedade do Grupo	7 (a)	1.000.496	310.513
				Outros passivos		5.156	
						<u>22.701.303</u>	<u>10.812.552</u>
Investimentos				Passivo a descoberto			
Sociedades controladas	6 (b)	4.770.636	5.524.755	Capital social	8 (a)	448.900	448.900
				Ajuste de avaliação patrimonial	8 (b)	348.948	217.887
				Transações de capital	6 (b)	13.365	
		<u>4.773.644</u>	<u>5.524.755</u>	Prejuízos acumulados		(18.732.621)	(5.954.601)
						<u>(17.921.408)</u>	<u>(5.287.814)</u>
Total do ativo		<u>4.780.727</u>	<u>5.524.756</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>4.780.727</u>	<u>5.524.756</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Operações continuadas			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	9	(26.784)	(18)
Equivalência patrimonial	6 (b)	<u>(12.500.247)</u>	<u>(4.209.385)</u>
Prejuízo operacional		(12.527.031)	(4.209.403)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	10	<u>(28.092)</u>	<u>(514)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda		(12.555.123)	(4.209.917)
Imposto de renda e contribuição social		<u>(70)</u>	
Prejuízo das operações continuadas do exercício		<u>(12.555.193)</u>	<u>(4.209.917)</u>
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas do exercício	11	<u>(222.827)</u>	<u>(1.770.722)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(12.778.020)</u>	<u>(5.980.639)</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	8 (c)	<u>(28,465)</u>	<u>(53,513)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.
Demonstração dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício		(12.778.020)	(5.980.639)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial	8 (b)	51.256	56.928
Variação cambial de investidas no exterior	8 (b)	143.935	381.849
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior	8 (b)	<u>(64.130)</u>	<u>(220.890)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(12.646.959)</u>	<u>(5.762.752)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2019		1				1
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício - R\$ (53,513) por ação do capital social					(5.980.639)	(5.980.639)
Outros resultados abrangentes	8 (b)			217.887	26.038	243.925
Total do resultado abrangente do exercício				217.887	(5.954.601)	(5.736.714)
Transações de capital com os sócios:						
Aumento de capital	8 (a)	448.899				448.899
Em 31 de dezembro de 2020		448.900		217.887	(5.954.601)	(5.287.814)
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício - R\$ (28,465) por ação do capital social					(12.778.020)	(12.778.020)
Outros resultados abrangentes	8 (b)			131.061		131.061
Total do resultado abrangente do exercício				131.061	(12.778.020)	(12.646.959)
Transações de capital com os sócios:						
Movimentação sobre transações de capital	6 (b)		13.365			13.365
Em 31 de dezembro de 2021		448.900	13.365	348.948	(18.732.621)	(17.921.408)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas		(12.777.950)	(5.980.639)
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	6 (b)	12.500.247	4.209.385
Prejuízo das operações descontinuadas	11	222.827	1.770.722
Provisão e encargos sobre plano de benefícios à empregados		5.156	
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	10	27.443	514
Caixa aplicado nas nas operações		(22.277)	(18)
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(17)	
Despesas antecipadas		(1.024)	
Fornecedores		63	18
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		679	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações continuadas		(22.576)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições aos investimentos		(329.399)	(635.241)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7 (c)	(3.008)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(332.407)	(635.241)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Parte relacionadas			
Recursos recebidos		361.024	299.550
Aumento de capital			335.691
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		361.024	635.241
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido das operações continuadas		6.041	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.041	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OEC S.A. (“OECSA” ou a “Companhia”), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e indireta a Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“Odebrecht Engenharia”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia é controladora direta da CNO S.A. (“CNO”), OECSA S.A. (“OECSA”), OENGER S.A. (“OENGER”), Tenenge Engenharia Ltda. (“Tenenge”), Odebrecht International Services, Ltd. (“OIS”) e OEC Finance Limited (“OEC Finance”).

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação direta em diversos países, sendo os principais: Brasil, Angola, Estados Unidos da América (“EUA”) e Peru.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas diretas da Companhia são CNO, OECSA e Tenenge e indireta CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”), as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: Projeto Submarino, Usina Termelétrica Santa Cruz, Unidades de Saúde BH, Projeto Eurofarma, BRT Transbrasil, UHE Ilha dos Pombos, Rodovia dos Minérios, Canal Adutor do Sertão Alagoano, Sistema de Abastecimento de Água Montes Claros e Terminal Gás Sul Babitonga, além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais.

No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca e Terminal Oceanico Barra do Dande (Angola), Manutenção das IIRSAS Norte e Sul (Peru), Metro Linha 2 / Ramal Aeroporto (Panamá) e Rodovia do Corredor Leste (Gana).

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2022.

(a) Continuidade (*Going Concern*)

A Companhia e suas controladas têm como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante de eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, de modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas, ii) fortalecimento da Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes), iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos, iv) Programa de Integridade, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos antigos para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos *Bonds* NFL; e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

Dessa forma, e diante dos compromissos assumidos pelas controladas da Companhia perante os acordos de colaboração e indenizações, que demandaram investimentos para implementação do Sistema de Conformidade e fortalecimento da Governança corporativa, aliados aos reduzidos volumes de renovação da carteira de contratos, que provocaram uma degradação na geração e nos saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, somados às provisões para (i) a garantia dos *Bonds* NFL, cuja reestruturação foi concluída em janeiro de 2021; (ii) os créditos à receber intercompanhias do Grupo Novonor em Recuperação Judicial e com a sua controladora indireta Odebrecht Engenharia (iii) a operação descontinuada na Venezuela e (iv) ajuste a valor presente dos créditos detidos por controladas diretas e indiretas da Companhia junto à Biocom, entre outros, resultaram em um Patrimônio Líquido negativo no valor de R\$ 17.921.408 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 5.287.814).

Programa de Ação 2022 – 2026: Para buscar a retomada do crescimento da Companhia e suas controladas visando a reversão de sua situação patrimonial, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em dezembro de 2021, o Programa de Ação (“PA”), para os próximos 05 (cinco) anos, contemplando as ações e direcionamentos estratégicos, que provem soluções integrais e sustentáveis em Engenharia e Construção para infraestrutura e indústrias, com foco nas principais demandas globais, como mobilidade, logística, saneamento, energia, habitação, saúde e educação, orientada para forte crescimento e garantindo protagonismo relevante nos mercados atuantes, conforme segue:

- Adição de backlog - expectativa de conquistas de novos projetos no montante de US\$ 9,2 bilhões (PA Anterior - US\$ 7,1 bilhões) até 2026, além de atualmente, contar com um banco de oportunidades de aproximadamente 164 projetos, que somam cerca de US\$21,1 bilhões em possíveis conquistas, com maior intensificação junto a clientes privados.
- Foco de atuação - a Companhia foca suas operações geograficamente, seletivamente e estrategicamente nos seguintes países: i) Brasil – infraestrutura e energia, além de avaliação de novas oportunidades em setores de destaque no país, como também foco em indústrias, fortalecendo a marca Tenenge que visa a atuação na manutenção de plantas industriais; ii) Angola/África: fortalecimento da atuação no mercado Africano, tendo como base Angola, além do crescimento de oportunidades atreladas as demandas reprimidas localmente; iii) Peru: avançar no desenvolvimento de novas oportunidades com clientes pertencentes ao grupo Novonor, que já atuam no país, como também, buscar novas parcerias com clientes ligados a oportunidades atreladas a setores econômicos estratégicos; e iv) EUA: desenvolvimento de parcerias privadas e aumento da atuação geográfica, tendo como princípio o reconhecimento dos projetos da Companhia no país.
- Garantia de operacionalidade, competitividade e eficiência – para garantir o sucesso de atuação nos países citados no tópico anterior, a Companhia direciona esforços para: i) finalizar com excelência os projetos do portfólio atual; ii) fortalecer e modernizar a área de Engenharia, através de remodelagens, inovação tecnológica que visam a melhoria no desempenho da operação e adoção global da Companhia, da tecnologia BIM (ferramenta, treinamento, cultura e investimento); iii) assegurar o acompanhamento da Matriz de risco Engenharia para todos os contratos; iv) priorizar a manutenção e renovação das certificações técnicas; v) priorizar exposição e propostas que agregam valor ao cliente; vi) fomentar a relação com empresas de Engenharia/Tecnologia e fornecedores para qualificação de ações comerciais; e vii) destacar a clara capacidade de diferenciação da Companhia frente aos demais *players* de construção.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Créditos, seguros e garantias: i) Buscar reestabelecer o relacionamento bancário objetivando a viabilização da contratação de linha de crédito para suportar os financiamentos de novos contratos; ii) buscar a viabilização da capacidade de contratação de seguro garantia para suportar as conquistas de novos backlogs; iii) criar relacionamento com agências multilaterais de fomento à exportação através de nossas subsidiárias estabelecidas nas geografias focos para inclusão de conteúdos locais; e iv) buscar reestabelecer a área de relacionamento com investidores para suportar a reaproximação com o mercado de capital e consequente valorização da Companhia.

Entre os direcionamentos estratégicos citados acima, que visam o crescimento sustentável da operação da Companhia nas geografias que atua, o PA também contempla, um robusto acompanhamento em relação à equação financeira, que visa o equilíbrio de sua alavancagem financeira, dos gastos administrativos e dos passivos contingentes, conforme segue:

- Higidez financeira: i) conclusão da negociação de reestruturação da Garantia dos *Bonds* NFL pela Odebrecht Engenharia, conforme termos acordados no *Term Sheet* mencionado na nota 17, visando adequar a estrutura de capital da Companhia e ajustando os fluxos de pagamentos à sua capacidade de geração de caixa; ii) renegociação do contas a pagar e dívidas de capital de giro; e iii) vendas de investimentos e monetização de recebíveis e créditos fiscais.
- Resolução e mitigação dos contenciosos e passivos: i) negociação de acordos via o parcelamento de pagamentos; e ii) negociação de acordos de leniência nos países de atuação da Companhia para pagamentos conforme a capacidade financeira local de cada país.
- Reestruturação organizacional e redução de custos: i) reestruturação das equipes administrativas, com estruturas compartilhadas, garantindo sinergias, agilidade e menores custos; e ii) implementação de novas políticas de remuneração, visando redução de gastos administrativos.

A Companhia considera que a retomada de crescimento é essencial para que possa continuar suas operações. No entanto, caso a combinação dos eventos supra descritos não ocorra, a administração entende que haveria significativas dificuldades na retomada de seu crescimento. As atuais demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

(b) Programa de Integridade

A Companhia e suas controladas possuem compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial à Companhia. Novos indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

O Programa de Integridade da Companhia segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes, sendo esta participação de 38% atualmente. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Programa da Odebrecht Engenharia conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes regularmente implementados; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Os controles internos implementados na Companhia foram amplamente testados e aprimorados nos últimos 5 anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano ("DoJ") e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões do monitoramento do acordo com o DoJ, encerrado exitosamente em 2020, mas também atestou que o Programa de Integridade da Odebrecht Engenharia atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2021 no Programa de Integridade da Odebrecht Engenharia: (i) foram analisados 10.687 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 96% dos treinamentos do grupo meta definido, sendo que 100% no segmento dos líderes, englobando até o terceiro nível hierárquico; (iii) 157 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade gerando 51 ações de remediação, entre as quais, 14 ações de melhorias de processos, 04 demissões e 17 advertências verbais e escritas aplicadas; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance foram abertas 843 ações para teste e verificação de processos, 610 contratos com terceiros revisados em relação a requisitos de integridade, 50 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e 235 processos de contratação revisados para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa de Integridade da Odebrecht Engenharia está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2024, tendo passado por auditoria externa de um organismo certificador internacional credenciado.

(c) Reestruturação Societária

Desde 2019, a Odebrecht Engenharia iniciou o processo de reestruturação das garantias prestadas aos detentores dos *Bonds* NFL, dos quais era garantidora. Uma das medidas previstas, no *Consent Solicitation*, lançado ao mercado em 15 de junho de 2020, era a reestruturação societária das controladas da Odebrecht Engenharia, em linha com: (i) emissão de Novos Bônus, representando 45% do valor dos *Bonds* atuais; e (ii) um instrumento de dívida participativa, que faria jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à *performance* da Companhia. Para dar continuidade na reestruturação das garantias, em 31 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital na Companhia pela Odebrecht Engenharia, mediante transferência integral das participações societárias das controladas diretas detidas pela Odebrecht Engenharia (CNO, OECI, Tenenge, OENGER, OEC Finance Limited), exceto a ODB Holdco.

Adicionalmente, na mesma data e após o evento anterior, foi aprovado o aumento de capital da ODB Holdco pela Odebrecht Engenharia, mediante transferência integral da participação societária na Companhia detida pela Odebrecht Engenharia.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de dezembro de 2020, perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque, a Odebrecht Engenharia, a CNO e OECI tiveram as suas obrigações canceladas perante os *Bondholders*.

Em 31 de dezembro de 2020 a provisão da garantia estava registrada na controladora e controlada da Companhia, ODB Holdco e OEC Finance, respectivamente, como passivo circulante.

Em 20 de janeiro de 2021, a ODB Holdco e OEC Finance reverteram de seus balanços as referidas provisões e registraram o instrumento Holdco e as novas notas ("*Bonds OEC Finance*"), respectivamente, como empréstimos e financiamentos, no passivo não circulante.

(d) Acordo de leniência com Autoridades no Brasil e no Exterior

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo Novonor, firmou um acordo de leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), assumindo as responsabilidades previstas no objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. Este acordo envolveu, além do MPF, autoridades competentes das jurisdições americana e suíça, no qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Odebrecht Engenharia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

Em razão do mencionado acordo, o MPF comprometeu-se a (i) não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Operação Lava Jato e (ii) não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos demais órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor, da Odebrecht Engenharia e suas controladas indiretas. Não obstante, foram ajuizadas ações de improbidade administrativa requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratação com o poder público, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras.

Além do acordo celebrado com o MPF, a Novonor e suas controladas assinaram, em 09 de julho de 2018, o acordo de leniência com a Advocacia Geral da União ("AGU") e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União ("CGU"), pelo qual se comprometeram a pagar, em 22 anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, destinados a entes lesados da administração federal, valor esse a ser deduzido dos R\$ 3.828 milhões do acordo celebrado com o MPF.

Na sequência e como desdobramento desses acordos celebrados, a CNO vem mantendo tratativas com os entes lesados – empresas públicas e Estados e Municípios para firmar acordos de leniência autônomos e/ou adesões aos acordos celebrados, tendo em vista que os entes lesados não são vinculados ao Acordo de Leniência, ressalvando o direito de conduzir as medidas judiciais cabíveis na hipótese de não adesão ou não celebração de acordos autônomos com a Odebrecht.

A Odebrecht Engenharia, em contrapartida à não adoção de sanções contra si e suas controladas indiretas, se obrigará a colaborar com as autoridades e a reparar os entes lesados, buscando limitar o valor da indenização ao valor de reparação estabelecido nos acordos celebrados com o MPF e com a AGU/CGU.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre a Novonor, a CNO e o Estado do Rio de Janeiro um Acordo de Leniência, nos termos acima mencionados, no qual Novonor e CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões no prazo de 22 anos, que será substancialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões do acordo celebrado com o MPF e a diferença será paga no último ano.

OECS.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os entes lesados que não aderirem aos acordos de leniência ou não celebrarem acordo diretamente com a Novonor e a Odebrecht Engenharia e Construção e/ou suas controladas indiretas apenas acessarão os valores a eles destinados, transcorrido o prazo de 22 anos, nos termos do referido acordo.

Em 23 de Novembro de 2020, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“DOJ”) confirmou o cumprimento das obrigações da Novonor previstas no plea agreement. O DOJ também confirmou que o prazo previsto no plea agreement foi concluído.

Em 05 de maio de 2021, a 5ª Câmara de Coordenação de Revisão do MPF, na 12ª Sessão Ordinária, homologou o arquivamento do procedimento de acompanhamento da Monitoria e da implantação do Programa de Integridade da Novonor.

Em adição aos acordos celebrados com MPF e AGU/CGU, a CNO celebrou acordos com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”). Especificamente sobre o Banco Mundial, foi acordada, em janeiro de 2019, a inelegibilidade da CNO e de suas subsidiárias integrais de contratar por 03 (três) anos projetos financiados pelo Banco Mundial. Não houve aplicação de multa no referido acordo.

Com relação ao BID, em 04 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo estipulando a inelegibilidade da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024. Também foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024, conforme os termos e condições de pagamento do acordo. A Odebrecht Engenharia e a CNO seguem em tratativas com outra instituição internacional.

Ademais, de acordo a legislação brasileira, as empresas que reconhecem a prática de ilícitos a livre concorrência, devem firmar acordos de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Nestes termos, a controlada direta da Companhia, CNO, já assinou 8 (Oito) acordos de leniência com a Superintendência Geral do CADE. Além disso, foram homologados, pelo Tribunal do CADE, 8 (oito) Termos de Cessação de Conduta, que totalizaram R\$ 525 milhões em termos de contribuições pecuniárias da pessoa jurídica e das pessoas físicas a serem pagos em até 22 anos. A CNO segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta.

Por fim, em suas operações no exterior, a Odebrecht Engenharia e suas controladas seguem envidando seus maiores esforços para alcançar entendimentos junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência, buscando inclusive apoio das autoridades brasileiras na interlocução com as autoridades locais. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, além de Estados Unidos e Suíça, conforme acima mencionado, já foram firmados acordos com Panamá, República Dominicana, Equador, Guatemala e Peru.

2 Resumo das principais políticas contábeis

Revisadas e vigentes

- Alterações à IFRS 4, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 39 (CPC11, CPC 40, CPC 48 e CPC 06 (R2) respectivamente), Reforma da taxa de juros de referência (Fase 2).

- Alteração ao IFRS 16 (CPC 06(R2)), Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas pela administração e são apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras individuais. Tais demonstrações consolidadas, foram examinadas pelos auditores independentes, que emitiram seu relatório com ressalvas, com data de 29 de abril de 2022 e estão disponíveis na sede da Companhia.

Essas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas em reais (R\$), usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro".

2.3 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

(i) Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1^a de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.5 Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas são registrados e avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial. A mesma política contábil foi adotada para todos os períodos apresentados.

As provisões para perdas nos investimentos em sociedades controladas são constituídas sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) destas sociedades e classificadas no passivo não circulante em contrapartida do resultado de participações societárias.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas são reconhecidas na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas no exterior, as variações no valor do investimento, decorrentes exclusivamente de variação cambial, são apresentadas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia, mensurados conforme Nota 5 (b). Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em controladas e coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Reestruturação societária envolvendo entidades sob controle comum

Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final antes e depois da transação permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância.

A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma participação societária entre entidades sob controle comum a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos à entidade controlada, cuja participação foi reestruturada, deverá manter-se no patrimônio líquido da Companhia, até o momento da efetiva realização da participação societária que enseja a perda de controle para o grupo econômico que a entidade pertence.”

2.6 Partes Relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual “Contrato de Mútuo” e “contrato de conta corrente e gestão de caixa único”, firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos.

2.7 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente que é resultado de eventos passados, sendo provável uma saída de recursos necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma confiável. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.9 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes

As despesas de impostos sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, compreendem os tributos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é reconhecido, respectivamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de impostos sobre a renda correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro tributável.

No Brasil, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual que inclui o imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), calculados com base no lucro tributável, sendo aplicada a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável anual. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (itens temporários e permanentes).

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

(a) Informações sobre as controladas

	Quantidade de quotas ou ações detidas		Participação Direta (%)		Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)		Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
CNO S.A. ("CNO")	612.078.267	511.132.497	97,53%	97,06%	(4.856.131)	(3.570.914)	(2.824.629)	(2.132.240)
OECI S.A. ("OECI")	10.348.449.145	11.626.396.085	100,00%	100,00%	4.455.535	5.306.727	482.191	3.369.505
Tenenge Engenharia LTDA ("Tenenge")	214.004.934	114.004.934	93,78%	88,93%	224.965	127.897	(2.932)	1.304
OENGER S.A. ("OENGER")	193.638.167	192.638.167	99,77%	99,77%	91.996	91.440	(444)	(232)
Odebrecht Internacional Services LTDA ("OIS")	50.000	50.000	100,00%	100,00%	(12.270.757)	(3.176.876)	(9.876.611)	(3.461.455)
OEC Finance Limited ("OEC Finance")	1	1	100,00%	100,00%	(4.688.708)	(3.859.234)	(573.181)	(3.819.031)

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

	Saldo no início do exercício	Adições (c)	Baixas (c)	Transações de capital (a)	Ajuste de avaliação patrimonial	Variação cambial de investidas no exterior	Outros ajustes de investidas	Equivalência patrimonial (b)	Saldo no final do exercício
Investimentos									
OECI	5.306.727	37.108	(561.066)	(508.652)	(317.291)	16.519		482.191	4.455.536
Tenenge	113.739	100.000			(579)			(2.188)	210.972
OENGER	91.230	1.000			(4)			(443)	91.783
Outras	13.059					701		(1.415)	12.345
Em 31 de dezembro de 2021	5.524.755	138.108	(561.066)	(508.652)	(317.874)	17.220		478.145	4.770.636
Em 31 de dezembro de 2020		2.393.469	(197)		(61.307)	(200.825)	23.684	3.369.931	5.524.755
Provisão para passivo a descoberto									
CNO	(3.465.929)	1.053.875		(436.237)	309.644	553.888		(2.751.427)	(4.736.186)
OIS	(3.176.876)			958.254	(4.644)	(170.880)		(9.876.611)	(12.270.757)
OEC Finance	(3.859.234)					(256.293)		(573.181)	(4.688.708)
Em 31 de dezembro de 2021	(10.502.039)	1.053.875		522.017	305.000	126.715		(13.201.219)	(21.695.651)
Em 31 de dezembro de 2020			(1.638.060)		503.769	(20.064)	2.354	(9.350.038)	(10.502.039)

(a) Referente as operações de transações de capital no valor de (R\$ 13.365).

(b) Referente a equivalência patrimonial no valor de (R\$ 12.993.734) e prejuízo das operações descontinuadas no valor de R\$ (294.379). O resultado de equivalência patrimonial do exercício de 2021 das principais controladas da Companhia estão atrelados a: i) OIS – (R\$9.819.540) e CNO (R\$3.014.811) prejuízos substancialmente atrelados as provisões sobre créditos de liquidação duvidosa referente a saldos a receber com a Odebrecht Engenharia; ii) OEC Finance – (R\$935.383) prejuízo substancialmente referente aos juros e ajuste a valor presente dos Bonds OEC Finance; e iii) OECI – 485.666 lucro líquido no exercício referente principalmente a resultado financeiro e efeitos de equivalência patrimonial. Adicionalmente, em relação a controlada CNO, cujo objeto social é de atuar na execução de projetos e obras de engenharia, bem como instalação de engenharia civil e montagens industriais, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em dezembro de 2021, o PA, para os próximos 05 (cinco) anos, contemplando as ações e direcionamentos estratégicos, que provem soluções integrais e sustentáveis em Engenharia e Construção para infraestrutura e indústrias, com foco nas principais demandas globais, como mobilidade, logística, saneamento, energia, habitação, saúde e educação, orientada para forte crescimento e garantindo protagonismo relevante nos mercados atuantes, conforme ações descritas na nota 1 (a).

(c) Os aumentos de capitais ocorreram da seguinte forma: (i) OECI, Tenenge e OENGER, foram realizados por meio da capitalização de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital). (ii) CNO, foram realizados por meio da capitalização de AFAC no valor de R\$ 492.808, com efeito caixa de R\$ (329.399), somado a incorporação do acervo cindido da OECI R\$ 561.066, sendo este aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 31 de dezembro de 2021.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de Partes relacionadas

Passivo Não Circulante	2020	Adições	Baixas	Varição Cambial	2021
CNO	88.400				88.400
Bento Pedroso Construções S.A. ("BPC")		22.312		10	22.322
Odebrecht Overseas LTD ("OOL") (i)	212.026	662.540	(22.312)	26.688	878.942
Odebrecht Servicos no Exterior - Cayman	10.087			745	10.832
Total	310.513	684.852	(22.312)	27.443	1.000.496

(i) Em 2021 a Companhia recebeu de sua investida indireta OOL, o montante de R\$662.540, sendo o efeito caixa de R\$ 361.024, a título de mútuo para posterior aporte em suas principais investidas, CNO, OECL e Tenenge.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

	2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração	8.318	4.299	12.617
Remuneração de curto prazo	73	10	83
Benefícios - Previdência Privada	154		154
Total	8.545	4.309	12.854

Saldos correspondem aos pagamentos, efeito caixa, efetuados no exercício aos administradores chave da administração.

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2021, a Companhia aportou o montante de R\$ 3.008, por meio de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) na investida OECI.

8 Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 448.900 totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 448.899.790 (31 de dezembro de 2020 - 111.760.878), ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial do exercício	217.887	
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	51.256	56.928
Variação cambial de investidas no exterior (ii)	143.935	381.849
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior (iii)	<u>(64.130)</u>	<u>(220.890)</u>
Saldo final do exercício	<u>348.948</u>	<u>217.887</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

(i) A variação corresponde substancialmente a efeitos inflacionários de controladas da Companhia na Argentina.

(ii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.

(iii) Refere-se a alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que faz parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão".

OEC S.A.
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resultado por ação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(12.778.020)	(5.980.639)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>448.900</u>	<u>111.761</u>
Prejuízo por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>(28,465)</u>	<u>(53,513)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

9 Despesas Gerais e Administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal	(18.299)	
Serviços de terceiros (i)	(4.933)	(18)
Despesas administrativas (ii)	<u>(3.552)</u>	
	<u>(26.784)</u>	<u>(18)</u>

(i) Saldos correspondentes as despesas com auditoria, consultoria e assessoria.

(ii) Saldos substancialmente referente as despesas com seguros no montante de R\$ (3.017).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

10 Resultado financeiro, líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Variação cambial e juros financeiros, líquidos (i)	(27.443)	(514)
Receitas de aplicações financeiras	183	
Comissões e despesas bancárias	(808)	
Outros, líquidos	<u>(24)</u>	
	<u>(28.092)</u>	<u>(514)</u>

(i) Saldos correspondentes as despesas com variação cambial sobre os passivos com partes relacionadas, conforme apresentado na nota 7(a).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

OEC S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Operações descontinuadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CNO S.A - Sucursal Venezuela (i)	(276.273)	(1.396.358)
CBPO Ingenieria de Venezuela C.A. (i)	(11.317)	(76.798)
CBPO Ltda. - Sucursal Venezuela (i)	(3.624)	(43.706)
OEC Serviços de Exportação S.A. ("OEC SE") (ii)	(3.165)	-
CNO Rutas del Sol	-	(253.366)
CNO Chavimochic	-	(494)
CNO Subsidiária Colômbia	71.553	
	<u>(222.827)</u>	<u>(1.770.722)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes apresentados contemplam as operações dos meses de julho a dezembro de 2020, devido a reestruturação societária do grupo econômico ocorrida em julho de 2020, conforme mencionado na nota 1 (c).

(i) Refere-se à descontinuidade das operações das sucursais e subsidiária referente a investimento indireto da Companhia na Venezuela, sendo o valor substancialmente referente a ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se à descontinuidade das operações atreladas as atividades de importação e exportação efetuadas pela OEC SE, investimento indireto da Companhia, conforme decisão da Administração no mês de dezembro de 2021. A investida tinha como objeto social principal entre outras, o comércio de exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos manufaturados, de bens primários e de quaisquer outras mercadorias, bens e serviços, e sua distribuição nos mercados externo e interno. Com essa decisão de descontinuidade das operações da investida, as atividades antes efetuadas por ela serão efetuadas diretamente por cada obra/projeto.